

EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA: A FORMAÇÃO DOCENTE NA CONTRIBUIÇÃO DA APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA

Maria Ilza Gomes Ferreira Silva¹

Ana Paula do Nascimento²

Orientadora: Rozineide Iraci Pereira da Silva³

RESUMO

A educação especial desempenha um papel fundamental no processo de aprendizagem no desenvolvimento dos estudantes com deficiência. O objetivo desta pesquisa é averiguar os processos de aquisição na educação especial e inclusiva diante da formação docente na contribuição da aprendizagem dos estudantes com deficiência. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, fundamentada na revisão bibliográfica, documental e de campo, apoiada por autores contemporâneos que enfatizam sua relevância neste estudo. A partir das análises dos dados foi entregue um questionário aos professores para levantamento de dados, os resultados foram expostos em quadro. Os resultados apontam que é essencial que haja formação contínua para docentes e uma maior participação da comunidade escolar. Dessa forma, será possível identificar e reduzir as lacunas existentes no ensino, promovendo mais um aprendizado equitativo para todos. Contudo, ainda há muitos desafios e obstáculos a serem lapidados para que ocorra uma inclusão de maneira efetiva. As políticas públicas apontam clareza, no entanto falta ser colocadas em prática na rotina escolar dos estudantes com deficiência a insuficiência de recursos dificultam a implementação de estratégias inclusivas que atendam às especificidades individuais dos estudantes. Para que a aprendizagem ocorra com mais eficiência, é necessário um olhar mais atento e sensível por parte de todos os envolvidos na educação. No entanto, com investimentos adequados e maior compromisso com a inclusão, é possível avançar rumo a uma educação mais igualitária. O grande desafio está em transformar as diretrizes inclusivas do papel para a prática, promovendo um ambiente escolar onde a empatia seja um princípio fundamental e que a inclusão aconteça de fato, garantindo que todos os estudantes, independentemente de suas condições, tenham acesso a um aprendizado significativo com qualidade.

Palavras-Chave: Educação especial, Aprendizagem, Educação inclusiva, Desafios.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva consolidou-se, sobretudo após a declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), este artigo buscar refletir sobre os desafios e as possibilidades da formação docente voltada a educação especial e inclusiva, problematizando como o professor pode contribuir para a aprendizagem significativa dos estudantes com

¹ Mestranda em educação da Christian Business School-CBS, gomesilza907@gmail.com;

² Mestranda em educação da Christian Business School-CBS, paulailton225@gmail.com;

³ Professora orientadora: Doutora em educação pela Universidade Federal de Alagoas-UFAL, neide-silva96@hotmail.com.



deficiência e para efetivação de uma escola verdadeiramente democrática.

A educação inclusiva constitui-se, nas últimas décadas, em um dos maiores desafios e, ao mesmo tempo, em uma das mais significativas conquistas no campo educacional. A discussão sobre a inclusão escolar de pessoas com deficiência tem suas raízes em movimentos sociais e políticos que reivindicaram, ao longo do século XX, o direito de todos à educação de qualidade, independente de suas condições físicas, cognitivas ou sensoriais. A partir dessa luta, as escolas passaram a ser convocadas a repensar suas práticas, rompendo com modelos excludentes e segregadores que marcaram a história da educação especial.

No contexto brasileiro, legislações como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) têm representado avanços importantes na garantia de direitos.

Tais dispositivos legais reforçam que a escola é responsável por assegurar não apenas o acesso, mas também a permanência, a participação e a aprendizagem de todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiência. Apesar disso, a efetivação da inclusão enfrenta obstáculos relacionados à falta de recursos, à formação insuficiente dos docentes e à ausência de práticas pedagógicas realmente transformadoras.

A presença de estudantes com deficiência em salas de aula do ensino regular não pode ser reduzida a um processo meramente burocrático de matrícula. A verdadeira inclusão pressupõe a construção de ambientes escolares que promovam a equidade, respeitem as especificidades de cada sujeito e ofereçam oportunidades de desenvolvimento pleno.

Nesse cenário, o professor ocupa papel central, pois sua prática pedagógica, mediada pelo conhecimento adquirido em sua formação inicial e continuada, tem impacto direto na qualidade da aprendizagem. A formação docente, portanto, revela-se como fator determinante para que a inclusão não se restrinja ao discurso, mas se concretize em ações efetivas no cotidiano escolar.

Autores como Vygotsky (1998) já apontavam que o desenvolvimento humano acontece nas interações sociais, mediadas por instrumentos culturais e pela linguagem, sendo o professor o agente responsável por organizar e potencializar tais interações. Para que essa mediação seja significativa, entretanto, é necessário que o docente



disponha de repertório teórico-prático consistente, que lhe permita adotar estratégias diversificadas, utilizar recursos pedagógicos adaptados e promover a participação ativa dos estudantes com deficiência. Isso implica compreender que ensinar em um contexto inclusivo não é apenas aplicar técnicas, mas assumir uma postura ética de respeito à diversidade e compromisso com a aprendizagem de todos.

Apesar das conquistas no campo legal e das contribuições de inúmeros estudos, a realidade brasileira ainda apresenta uma lacuna significativa entre o que está previsto nas políticas públicas e o que de fato acontece nas salas de aula. Muitos professores relatam dificuldades em lidar com as demandas da inclusão, seja por falta de formação adequada, seja pela ausência de recursos materiais e pedagógicos, o que acaba comprometendo o processo de ensino-aprendizagem. Essa distância entre teoria e prática reforça a necessidade de investir em formação continuada, acompanhamento pedagógico e políticas de valorização profissional.

Diante desse cenário, a presente pesquisa tem como objetivo analisar como a formação docente contribui para a aprendizagem dos estudantes com deficiência no âmbito da educação especial e inclusiva. Pretende-se, assim, compreender os desafios enfrentados pelos professores, identificar estratégias pedagógicas que favorecem a inclusão e destacar a importância do investimento em políticas de formação que fortaleçam a prática pedagógica inclusiva.

A relevância deste estudo reside no fato de que refletir sobre a formação docente é também refletir sobre a construção de uma escola democrática, que reconhece e valoriza a diversidade como elemento constitutivo de uma sociedade mais justa e igualitária.

METODOLOGIA

O presente estudo foi desenvolvido a partir de uma abordagem qualitativa, por entender que esta modalidade possibilita analisar fenômenos em sua profundidade, considerando a complexidade das relações humanas, sociais e educacionais. Segundo Minayo (2001, p. 21), a pesquisa qualitativa “responde a questões muito particulares, preocupando-se, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado”, ou seja, busca compreender os significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências. Essa perspectiva mostrou-se adequada ao presente trabalho, uma vez



que a formação docente e sua contribuição para a aprendizagem de estudantes com deficiência não se reduzem a dados estatísticos, mas se expressam em práticas pedagógicas, vivências, sentimentos e percepções construídas no cotidiano escolar.

O delineamento metodológico organizou-se em três etapas principais: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo, cada uma delas contribuindo de forma complementar para a análise.

A pesquisa bibliográfica fundamentou a investigação a partir de obras clássicas e contemporâneas que discutem a educação especial e inclusiva, assim como a formação de professores. Segundo Gil (2010, p. 29), a pesquisa bibliográfica “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”, permitindo aprofundar conceitos e confrontar diferentes perspectivas.

Foram consultados autores como Mantoan (2003), que destaca a necessidade de uma escola aberta à diversidade; Sassaki (2010), que trata da inclusão como prática social e política; Mittler (2003), que reflete sobre as condições da prática pedagógica inclusiva; e Carvalho (2004), que discute o papel da comunidade escolar no processo de inclusão.

Essa etapa possibilitou a construção do referencial teórico, essencial para interpretar a realidade investigada e compreender a relevância da formação docente na promoção de práticas inclusivas.

A pesquisa documental complementou esse processo, com a análise de legislações, diretrizes e políticas públicas que sustentam o direito à inclusão no Brasil. Para Lakatos e Marconi (2010), a pesquisa documental distingue-se da bibliográfica por utilizar “materiais que não receberam ainda tratamento analítico, ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”.

Assim, foram analisados documentos oficiais como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

Esses documentos representam conquistas históricas no campo dos direitos educacionais, mas ao mesmo tempo revelam o grande desafio que é transformar diretrizes legais em práticas pedagógicas efetivas.

A etapa de pesquisa de campo foi a mais significativa para este estudo, pois possibilitou dar voz aos professores, reconhecendo-os como protagonistas no processo



inclusivo. Segundo Marconi e Lakatos (2003), o questionário é um instrumento eficaz de coleta de dados, justamente por permitir que os sujeitos expressem suas opiniões e experiências de forma objetiva e subjetiva.

Por isso, optou-se pela aplicação de um questionário semiestruturado, composto por questões abertas e fechadas, que abordaram desde concepções sobre inclusão até práticas pedagógicas e desafios enfrentados. Essa escolha metodológica buscou não apenas levantar dados objetivos, mas também captar as percepções e sentimentos dos docentes em relação ao trabalho com estudantes com deficiência.

Os participantes foram professores dos anos iniciais do ensino fundamental em escolas públicas municipais. A escolha desse grupo se justifica pelo papel fundamental que os anos iniciais desempenham na vida escolar da criança. É nessa etapa que se consolidam aprendizagens básicas e se constroem vínculos afetivos e sociais, fatores que influenciam diretamente na trajetória escolar. Como afirma Mantoan (2003), “é nos primeiros anos que se define a possibilidade de a escola ser, de fato, inclusiva, pois é nesse momento que o aluno com deficiência começa a experimentar a convivência e a aprendizagem no espaço escolar comum”.

Os dados coletados foram organizados em quadros analíticos, permitindo uma visão comparativa e sistemática das respostas dos professores. Essa organização contribuiu para identificar convergências, divergências e lacunas nas percepções e práticas docentes.

Para a análise, foi utilizada a técnica de Análise de Conteúdo, proposta por Bardin (2011), que a define como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/receptividade destas mensagens”.

Essa técnica mostrou-se pertinente, pois possibilitou não apenas organizar os dados em categorias, mas também compreender os sentidos mais profundos das falas dos professores, revelando suas angústias, conquistas e expectativas em relação à inclusão.

Outro aspecto relevante foi à preocupação com os princípios éticos que regem a pesquisa em ciências humanas. O anonimato dos participantes foi rigorosamente garantido, preservando suas identidades e assegurando que as informações fossem utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos. Além disso, buscou-se adotar uma



postura de respeito e valorização das falas dos docentes, reconhecendo que suas experiências constituem fonte legítima de conhecimento científico.

Dessa forma, a metodologia adotada neste estudo não se restringiu a uma coleta técnica de dados, mas buscou construir uma escuta sensível, reconhecendo os professores como sujeitos ativos na construção de uma educação inclusiva.

A combinação entre o referencial teórico, o estudo documental e a pesquisa de campo permitiram um olhar integrado, favorecendo uma análise crítica sobre a formação docente e seu impacto na efetivação da aprendizagem dos estudantes com deficiência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos por meio da aplicação do questionário aos professores dos anos iniciais do ensino fundamental revelam um cenário marcado por avanços significativos no campo da educação inclusiva, mas também por desafios persistentes que limitam a efetivação de práticas pedagógicas equitativas.

A análise dos dados, sistematizada a partir das categorias temáticas emergentes, permitiu compreender como a formação docente, os recursos disponíveis e as concepções pedagógicas influenciam diretamente no processo de aprendizagem dos estudantes com deficiência.

Quadro 1 – Perguntas e respostas das entrevistas com os professores.

PERGUNTAS	RESPOSTAS
Quais estratégias você considera mais eficazes para promover a aprendizagem de estudantes com deficiência?	- Uso de atividades lúdicas e jogos educativos. - Adaptação de materiais de acordo com a necessidade do aluno. - Trabalhos em grupo que promovem colaboração e socialização.
Você percebe avanços no desempenho dos alunos com deficiência com as estratégias utilizadas?	- Observam maior participação e engajamento. - Melhora na interação com colegas. - Progresso em habilidades cognitivas específicas.
Qual é a contribuição da formação continuada ou atualizações pontuais para o seu trabalho?	- Amplia repertório de estratégias. - Traz ideias de atividades inclusivas. - Incentiva reflexão sobre práticas pedagógicas.
Como você avalia a colaboração entre professores e equipe pedagógica na inclusão?	Trabalho em equipe facilita adaptação de atividades. - Troca de experiências ajuda a superar desafios. - Apoio mútuo aumenta confiança para trabalhar com diversidade.
Que aspectos você considera mais motivadores no trabalho com estudantes com deficiência?	- Ver o progresso e a autonomia dos alunos. - Participação ativa e interação social. - Satisfação em promover inclusão efetiva e aprendizagem equitativa.

Fonte: Elaborada pelas autoras, 2025.



Em relação à formação docente, verificou-se que a maioria dos professores reconhece a importância da capacitação contínua para lidar com a diversidade em sala de aula. Entretanto, muitos relatam que a formação inicial não contemplou, de maneira suficiente, conteúdos práticos relacionados à inclusão escolar.

Esse dado corrobora a reflexão de Mantoan (2003), ao afirmar que a educação inclusiva exige não apenas a presença física do estudante na escola, mas também a construção de estratégias pedagógicas que favoreçam sua participação e aprendizagem. Assim, evidencia-se a necessidade de ampliar e qualificar os programas de formação inicial, assegurando que o tema da inclusão esteja efetivamente inserido no currículo das licenciaturas.

No tocante à formação continuada, os professores destacaram a carência de cursos e oficinas voltados especificamente para o atendimento às necessidades educacionais especiais. Embora reconheçam a existência de políticas públicas que preveem a formação permanente, como apontado na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), a realidade cotidiana mostra que tais iniciativas ainda são insuficientes ou pouco acessíveis. Essa lacuna tem repercussões diretas na prática pedagógica, uma vez que docentes se sentem inseguros diante da diversidade de situações que enfrentam.

Outro ponto relevante identificado foi a insuficiência de recursos materiais e estruturais para atender às demandas dos estudantes com deficiência. Muitos professores relataram a ausência de materiais pedagógicos adaptados, de tecnologias assistivas e de profissionais de apoio, como intérpretes de Libras e cuidadores.

Sasaki (2010) já apontava que a inclusão não depende apenas da atitude dos professores, mas também de condições estruturais que possibilitem a participação ativa de todos os estudantes. Dessa forma, constata-se que a ausência desses recursos compromete a implementação das estratégias inclusivas e, por consequência, o processo de aprendizagem.

A análise também evidenciou que os docentes demonstram disposição em adaptar práticas pedagógicas às necessidades individuais dos alunos, mas esbarram em obstáculos como a falta de tempo para planejar atividades diferenciadas e o excesso de alunos por turma. Segundo Mittler (2003), a inclusão é um processo que exige colaboração, planejamento e, sobretudo, apoio institucional. Nesse sentido, a sobrecarga de trabalho docente pode comprometer a qualidade da atenção dedicada aos estudantes



com deficiência, gerando sentimento de frustração e impotência.

Quanto às concepções de inclusão, percebeu-se que os professores compreendem a importância da escola como espaço de socialização e desenvolvimento integral. No entanto, parte deles ainda associa a inclusão apenas à permanência física do estudante com deficiência em sala de aula, sem necessariamente vincular essa presença à garantia de aprendizagem. Tal resultado remete ao alerta de Carvalho (2004), que defende uma educação inclusiva pautada não apenas na matrícula, mas na efetiva participação e no direito ao aprendizado significativo.

Por outro lado, um aspecto positivo observado foi a percepção dos docentes sobre a necessidade de envolvimento da comunidade escolar no processo inclusivo. Muitos professores destacaram que a colaboração entre família, gestão escolar e equipe pedagógica é essencial para superar barreiras. Esse resultado dialoga com a perspectiva de Vygotsky (1998), que enfatiza o papel das interações sociais no desenvolvimento humano e na construção do conhecimento, demonstrando que a inclusão não pode ser responsabilidade exclusiva do professor, mas um esforço coletivo.

Em síntese, os resultados evidenciam que, apesar de avanços nas políticas públicas e do esforço dos professores em promover a inclusão, ainda existem lacunas significativas entre o que está previsto na legislação e o que se concretiza no cotidiano escolar. Como destaca a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), a educação é direito fundamental de todos e deve ser assegurada em igualdade de condições. Contudo, a distância entre teoria e prática continua sendo um desafio central.

Portanto, a discussão aponta para a necessidade urgente de investimento em formação inicial e continuada, maior oferta de recursos pedagógicos e tecnológicos, bem como fortalecimento do apoio institucional e da colaboração da comunidade escolar. Somente assim será possível avançar rumo a uma educação inclusiva de fato, capaz de garantir aprendizagem significativa e equitativa para todos os estudantes, independentemente de suas condições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo evidenciou que a formação docente desempenha papel central na promoção da aprendizagem de estudantes com deficiência e na consolidação da educação inclusiva. Apesar das dificuldades enfrentadas, como a insuficiência de



recursos, a sobrecarga de trabalho e a limitação da formação inicial e continuada, os professores demonstram empenho, criatividade e compromisso em criar práticas pedagógicas que atendam às necessidades individuais de seus alunos.

A análise dos dados revelou que estratégias como atividades lúdicas, adaptações de materiais, trabalhos em grupo e acompanhamento individualizado contribuem efetivamente para o engajamento, a participação e o desenvolvimento cognitivo e social dos estudantes com deficiência. Esses resultados confirmam que, quando há sensibilidade, dedicação e colaboração entre professores e equipe pedagógica, é possível superar obstáculos e proporcionar uma aprendizagem significativa e equitativa.

Outro ponto relevante destacado foi a motivação afetiva dos docentes, que se sentem realizados ao perceberem o progresso, a autonomia e a participação ativa dos alunos. Esse engajamento emocional reforça a ideia de que a inclusão não é apenas um desafio técnico, mas também uma construção ética e social, que envolve empatia, paciência e valorização da diversidade.

No entanto, o estudo também apontou que, para que a inclusão seja efetiva, é necessário investir em formação continuada de qualidade, recursos pedagógicos adaptados e apoio institucional consistente.

A transformação das políticas públicas em ações concretas no cotidiano escolar é um passo fundamental para reduzir as lacunas existentes e garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de suas condições.

Em síntese, a pesquisa reforça que a educação inclusiva é um processo coletivo e contínuo, que demanda comprometimento de toda a comunidade escolar — professores, gestores, familiares e alunos. A valorização das práticas docentes positivas e o fortalecimento da formação pedagógica são essenciais para que a escola cumpra seu papel de espaço democrático, onde cada estudante possa aprender, se desenvolver e se sentir parte ativa do processo educativo.

Dessa forma, conclui-se que, embora desafios ainda persistam, é possível avançar rumo a uma educação inclusiva mais efetiva e humanizada, capaz de promover aprendizagem significativa, equidade e respeito à diversidade. O reconhecimento e fortalecimento das práticas exitosas identificadas neste estudo podem servir de referência para políticas, formações e estratégias pedagógicas futuras.



REFERÊNCIAS

BARDIN, L. Análise de conteúdo. 4. ed. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 1996.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2008.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, 2015.

CARVALHO, C. **Inclusão escolar: desafios e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2004.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** 7. ed. São Paulo: Moderna, 2003.

MITTLER, P. Working towards inclusive education: social contexts. London: David Fulton Publishers, 2003.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 14. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

